

DIREITO DO TRABALHO

17ª edição

Autor: António Monteiro Menezes

ÍNDICE GERAL

I PARTE

NOÇÕES GERAIS

INTRODUÇÃO.....	11
§ 1. Objecto e âmbito do Direito do Trabalho	11
1. O objecto do Direito do Trabalho	11
2. As funções do Direito do Trabalho	24
3. Formação e evolução do Direito do Trabalho	29
A) A "juridificação" das relações de trabalho	29
B) A proto-história: O Código Civil de 1867	32
C) Os primeiros passos	34
D) A I República	34
E) O ordenamento laboral corporativo	35
F) O Direito do Trabalho na transição e na crise	37
G) Anos noventa: uma década de legislação «concertada»	41
H) O Código do Trabalho e a nova legislação de emergência	42
4. As fronteiras móveis do Direito do Trabalho	44
§ 2. O conteúdo do Direito do Trabalho	
CAPÍTULO I - AS FONTES	
§ 3. Noções gerais	57
§ 4. A Constituição	59
§ 5. Fontes Internacionais	62
1. Convenções internacionais gerais	62
2. As convenções da O.I.T.	65
3. O direito do trabalho europeu	69
§ 6. Fontes internas	81
1. O elenco legal	81
2. Leis do trabalho	82
A) Da legislação avulsa ao Código do Trabalho.....	82
B) A participação na elaboração das leis do trabalho.....	87
3. Portarias de condições de trabalho e portarias de extensão	95
4. Convenções colectivas de trabalho	98
5. Os usos laborais	101
§ 7. Hierarquia das fontes	106
1. A relação entre as fontes internacionais e as fontes internas	106
2. A hierarquia das fontes internas	107
CAPÍTULO II - O CONTRATO DE TRABALHO	113
§ 8. A noção legal do contrato individual de trabalho.....	113
A) Objecto do contrato: a actividade do trabalhador	113
B) Sujeitos: o trabalhador e a entidade empregadora	118
C) Retribuição	120
D) Subordinação jurídica	121

§ 9. A diferenciação do contrato de trabalho	126
A) Importância da distinção e dificuldades operatórias	126
B) Os tipos contratuais: contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço	127
C) A determinação da subordinação	130
D) As presunções de existência de um contrato de trabalho	135
E) As «situações equiparadas» ao trabalho juridicamente subordinado	141
a) O art. 10º CT: a noção de «situações equiparadas»	141
b) O regime legal do trabalho no domicílio	143
F) Contratos de trabalho com regime especial	145
G) O contrato de trabalho e figuras contratuais próximas	146
a) Contrato de empreitada	146
b) Trabalho temporário	148
c) Contrato de mandato	154
d) Sociedade	157
e) Associação em participação	158
§ 10. Caracterização jurídica do contrato de trabalho	158
A) Contrato sinalagmático	158
B) Contrato consensual	159
a) A liberdade de forma	159
b) O dever de informação do empregador	161
C) Contrato duradouro ou de execução duradoura	162
§ 11. O contrato de trabalho e a relação de trabalho	164
§ 12. Os direitos fundamentais no ambiente de trabalho	167
1. Visão geral	167
2. Os "direitos de personalidade" no Código do Trabalho	169
3. O assédio (mobbing)	172
CAPÍTULO III - O TRABALHADOR	177
§ 13. A noção jurídica de "trabalhador"	177
§ 14. A posição funcional	182
1. A actividade contratada e a categoria	182
2. A estrutura da empresa, a organização do trabalho e o objecto do contrato	187
3. A categoria e a função	190
4. Flexibilidade funcional: a reconfiguração legal do objecto do contrato de trabalho	196
5. Flexibilidade funcional (cont.): o direito de variação da actividade	200
6. Flexibilidade funcional (cont.): o exercício de funções em comissão de serviço	204
§ 15. A antiguidade	208
§ 16. Os deveres acessórios do trabalhador	212
1. Enunciado geral	212
2. Dever de lealdade	213
3. Dever de assiduidade e pontualidade	221
4. Dever de custódia	223
5. Dever de prevenção	223
CAPÍTULO IV - O EMPREGADOR	225
§ 17. A noção jurídica de empregador	225
§ 18. A empresa e o empregador	227
1. Empresa, empresário, empregador	227
2. Relevância jurídico-laboral da empresa	230
A) Relações de trabalho empresariais e não empresariais	230
B) A transmissão da empresa	231

C) Os grupos empresariais	234
§ 19. Os poderes do empregador	237
1. Enunciado geral	237
2. Poder determinativo da função	238
3. Poder conformativo da prestação	239
4. Poder regulamentar	240
5. Poder disciplinar	243
A) Noções gerais	243
B) As sanções disciplinares	244
C) A acção disciplinar	247
D) Caducidade da acção disciplinar e prescrição da infracção	249
§ 20. Os deveres acessórios do empregador	254
1. Deveres de cuidado e prevenção	254
2. A cooperação creditória e o dever de ocupação efectiva	258
3. O dever de formação	264

II PARTE

AS RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO

CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	267
§ 21. Nota preliminar	267
§ 22. Os processos de formação de contrato de trabalho	268
1. Contrato oral e escrito	268
2. O contrato de trabalho por adesão	269
3. A promessa de contrato de trabalho	272
§ 23. Pressupostos subjectivos e objectivos	273
1. Os pressupostos subjectivos: capacidade das partes	273
A) Capacidade jurídica	273
B) Capacidade para o exercício de direitos	275
C) Efeitos das incapacidades	276
2. Os pressupostos objectivos: determinabilidade, possibilidade física, licitude	277
A) Preliminares	277
B) Determinabilidade	278
C) Possibilidade física	279
D) Licitude	280
§ 24. O termo e condição	282
1. O contrato de trabalho a termo	282
A) O domínio legal da contratação a termo	282
B) A indicação do motivo	286
C) A renovação do contrato a termo	289
D) A sucessão de contrato a termo	294
E) As consequências da estipulação ilegal do termo	295
2. Condição	296
§ 25. A invalidade do contrato de trabalho	297
§ 26. O período experimental	299
CAPÍTULO II - O TEMPO DE TRABALHO	307
§ 27. A dimensão temporal da prestação de trabalho	307
§ 28. Tempos máximos de trabalho e adaptabilidade de horários	315
1. Os (vários) limites da duração do trabalho	315

2. A adaptabilidade dos horários de trabalho	325
3. O banco de horas	329
§ 29. O trabalho suplementar	331
1. A noção de trabalho suplementar	331
2. As consequências da prestação de trabalho suplementar	336
§ 30. A isenção de horário de trabalho	339
§ 31. O trabalho nocturno	342
§ 32. O trabalho a tempo parcial	345
§ 33. O trabalho intermitente	353
§ 34. As faltas ao trabalho	354
1. A noção de "faltà"	354
2. Modalidades e efeitos	355
§ 35. O direito ao repouso e aos lazeres	362
1. O significado do "direito ao repouso"	662
2. Intervalo de descanso	363
3. Descanso diário	366
4. Descanso semanal	368
5. Feriados obrigatórios	371
6. As férias anuais	374
A) A aquisição e o vencimento do direito a férias; as férias no ano da admissão	374
B) A duração das férias	379
C) A marcação das férias e a violação do direito	381
D) Continuidade e irrenunciabilidade das férias	383
E) O regime remuneratório	384
CAPÍTULO III - O LOCAL DE TRABALHO	387
§ 36. Noção e relevância do local do trabalho	389
§ 37. A mudança de local de trabalho	389
1. A transferência orgânica ou "colectiva"	389
2. A transferência individual	392
3. A alteração convencional das condições de transferência	398
§ 38. O trabalho subordinado à distância (teletrabalho)	401
CAPÍTULO IV - A RETRIBUIÇÃO	405
§ 39. Significado e função da retribuição do trabalho	405
1. Noções gerais	405
2. Concepções do salário. Sua relevância jurídica	406
A) Ideia geral	406
B) O salário como correspondente	407
C) O salário como meio de satisfação de necessidades.....	
A protecção específica do salário	408
D) O salário como factor da política económica	412
§ 40. O princípio "a trabalho igual salário igual"	414
§ 41. A determinação qualitativa da retribuição	420
1. O problema	420
2. O critério legal	422
3. A função do critério legal	425
4. Os componentes da retribuição	430
5. A alteração da estrutura da retribuição	437
§ 42. A determinação quantitativa da retribuição	437
§ 43. Forma, lugar e tempo do cumprimento	439

§ 44. A prescrição dos créditos salariais	441
CAPÍTULO V - A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E A REDUÇÃO DE ACTIVIDADE	449
§ 45. A suspensão em geral	449
§ 46. Suspensão do contrato de trabalho por causa ligada ao trabalhador	457
§ 47. Suspensão do contrato de trabalho por facto ligado à empresa	461
1. Noções gerais	461
2. Encerramento por facto imputável ao empregador ou por motivo do interesse deste	463
3. Encerramento temporário por caso fortuito ou de força maior	466
4. Suspensão de contratos de trabalho em situações de crise empresarial (Ulay oif')	469
§ 48. Redução da actividade	475
§ 49. A pré-reforma	478
CAPÍTULO VI - A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	481
§ 50. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho	481
§ 51. A revogação e a caducidade	484
1. Revogação	484
2. Caducidade	489
A) As causas de caducidade e o suposto automatismo da cessação do contrato	489
B) A impossibilidade definitiva da execução do contrato	491
C) Uma causa atípica: a reforma do trabalhador	494
D) Os efeitos económicos da caducidade	497
§ 52. O despedimento individual em geral	498
1. Noções comuns	498
A) A problemática do despedimento individual. Tendências gerais	498
B) Os mecanismos do despedimento	507
C) O conceito legal de "justa causa"	510
D) A suspensão do despedimento	521
E) Os efeitos da ilicitude do despedimento	524
F) As medidas contra a dissimulação do despedimento	531
§ 53. O despedimento disciplinar	533
1. A justa causa disciplinar	533
2. O processo (disciplinar) de despedimento	537
A) Visão geral	537
B) A acusação	539
C) A defesa e a "instrução"	541
D) A decisão	543
E) A suspensão preventiva	545
§ 54. O despedimento individual por justa causa objectiva	546
1. O despedimento por extinção do posto de trabalho	546
A) A justa causa	546
B) O processo de despedimento	551
C) O aviso prévio e a compensação	552
2. O despedimento por inadaptação ao posto de trabalho	554
A) A justa causa	554
B) O processo de despedimento	559
C) O aviso prévio e a compensação	560
§ 55. O despedimento colectivo	561
1. A noção legal. Os motivos relevantes	561
2. A execução do despedimento colectivo	567
A) O processo	567

B) A compensação	569
C) O regime especial de suspensão do despedimento	574
§ 56. Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador	575
1. Visão geral	575
2. A denúncia	575
3. A resolução	576
4. A extinção irregular do contrato pelo trabalhador	578
5. O abandono do trabalho	581
§ 57. Pactos de não concorrência e de permanência	583
1. O pacto de não concorrência	583
2. O pacto de permanência	586

III PARTE

AS RELAÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CAPÍTULO I - AS DIMENSÕES COLECTIVAS DO DIREITO DO TRABALHO	591
§ 58. O Direito Colectivo do Trabalho: objecto e características gerais	591
1. O objecto do Direito Colectivo	591
2. Caracteres gerais do Direito Colectivo	594
§ 59. Breve esboço histórico: o Direito e os fenómenos colectivos laborais	600
§ 60. Os fenómenos colectivos e a estrutura da relação individual de trabalho	600
§ 61. A autonomia colectiva	611
1. Conceito de autonomia colectiva	611
2. O «interesse colectivo»	615
3. Autonomia privada, heteronomia, autonomia colectiva	617
§ 62. Noção de «relação colectiva de trabalho»	618
§ 63. A perspectiva das «relações industriais»	621
§ 64. A concertação social	623
CAPÍTULO II - AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS	627
§ 65. O sindicalismo: sentido e fundamento	627
§ 66. A liberdade sindical	630
1. Noções gerais	630
2. As dimensões individuais da liberdade sindical	634
3. As dimensões colectivas da liberdade sindical	637
§ 67. O estatuto jurídico dos sindicatos	642
1. O conceito legal de sindicato	642
2. O sindicato como pessoa jurídica	645
3. Capacidade jurídica do sindicato	649
4. O exercício da actividade sindical na empresa: os delegados sindicais	651
CAPÍTULO III - AS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES	657
§ 68. A «liberdade sindical» dos empregadores	657
§ 69. A constituição de associações patronais	660
§ 70. Princípios sobre a organização e actividade das associações patronais	661
CAPÍTULO IV - AS COMISSÕES DE TRABALHADORES	665
§ 71. O «duplo canal» de representação e as comissões de trabalhadores	665
1. O «duplo canal» de representação	665
2. O movimento das comissões de trabalhadores	667
§ 72. A concepção legal da comissão de trabalhadores	669

§ 73. Os direitos de informação, à consulta prévia e de controlo de gestão	671
CAPÍTULO V - A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA: NOÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS	675
§ 74. O significado social e jurídico da negociação colectiva	675
§ 75. O «dever de negociar» e o princípio da boa-fé na negociação colectiva	681
CAPÍTULO VI - AS BALIZAS DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA	687
§ 76. O nível de negociação	687
§ 77. Os sujeitos	692
1. O «reconhecimento» dos interlocutores negociais	692
2. Pluralidade de sujeitos e negociação conjunta	695
§ 78. Objecto e conteúdo da convenção	697
§ 79. Forma. O depósito e os motivos de recusa. A alteração superveniente. A publicação	703
CAPÍTULO VII - O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO	707
§ 80. A atitude da lei perante a negociação	707
§ 81. As declarações preliminares: proposta e resposta	709
1. A iniciativa negocial: a proposta	709
2. A reacção à proposta de negociação: resposta e contraproposta	712
§ 82. Os contactos negociais	713
CAPÍTULO VIII - A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO COLECTIVA	717
§ 83. Efeitos obrigacionais e normativos	717
1. Efeitos obrigacionais	717
A) O dever de influência	717
B) As «cláusulas de garantia sindical»	718
C) As cláusulas de paz social	719
D) Outras cláusulas obrigacionais	724
2. Efeitos normativos	725
A) A eficácia normativa como característica dominante das convenções	725
B) O mecanismo do efeito normativo: incorporação e controlo externo	726
C) A solução do ordenamento português	728
§ 84. O âmbito pessoal da convenção colectiva	731
1. O princípio da dupla filiação e as suas consequências	731
2. As flutuações da filiação	733
3. A transmissão da empresa ou estabelecimento	733
4. Para lá da dupla filiação: a extensão e a adesão; a adesão ("escolhâ") individual por não sindicalizados	735
5. A concorrência de convenções	739
§ 85. O âmbito territorial da convenção colectiva	743
§ 86. O âmbito temporal da convenção colectiva	744
1. Vigência e sobrevigência. A produção de efeitos da convenção	744
A) A vigência da convenção e o regime da sobrevigência	744
B) A produção de efeitos no tempo	749
2. Retroactividade e efeitos diferidos	750
§ 87. A sucessão de convenções colectivas	753
CAPÍTULO IX - A DINÂMICA DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA: FACTOS E TENDÊNCIAS	761
§ 88. A evolução da regulamentação colectiva de trabalho em Portugal	761
§ 89. A negociação colectiva numa visão panorâmica internacional	765
1. A pluralidade dos modelos	765
2. Os quadros institucionais da negociação	767

3. A negociação transnacional	769
CAPÍTULO X - O CONFLITO COLECTIVO DE TRABALHO: NOÇÃO E MODALIDADES	771
§ 90. O conflito colectivo como facto social e objecto de estudo	771
§ 91. A noção de conflito colectivo de trabalho	773
§ 92. Conflitos «jurídicos» e conflitos «de interesse»	778
CAPÍTULO XI - OS PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS	783
§ 93. Os processos de resolução de conflitos colectivos jurídicos	783
§ 94. Resolução de conflitos colectivos de interesses	787
1. A lei perante o conflito colectivo	787
2. Os modelos nacionais e os procedimentos-tipo	788
3. A resolução de conflitos na lei portuguesa	792
A) Observações preliminares	792
B) Conciliação	794
C) Mediação	796
D) Arbitragem	798
CAPÍTULO XII - OS MEIOS DE LUTA LABORAL	803
§ 95. Noções gerais	803
1. As modalidades clássicas	803
2. O enquadramento jurídico	804
§ 96. A greve: noção e modalidades	806
1. A noção de greve em sentido jurídico	806
A) A ausência de uma definição legal	806
B) A noção jurídica de greve	807
2. As "greves atípicas"	811
§ 97. O direito de greve: natureza e conteúdo	813
1. A greve-liberdade	813
2. A greve-direito	815
3. A dupla dimensão do direito de greve	817
4. O conteúdo do direito de greve	819
§ 98. A greve no direito positivo português: esboço histórico	823
§ 99. Os motivos da greve	826
§ 100. O exercício do direito de greve	829
1. A decisão de greve	829
2. A declaração de greve: o pré-aviso	832
3. A adesão à greve	832
4. Os piquetes de greve	828
5. O termo da greve	840
§ 101. As obrigações dos trabalhadores durante a greve. Os "serviços mínimos"	841
1. Trabalhar em greve	
2. A salvaguarda do equipamento e das instalações da empresa	841
3. A satisfação de necessidades sociais impreteríveis	842
A) Os "limites externos" do direito de greve	842
B) As "necessidades sociais impreteríveis"	845
C) A determinação dos "serviços mínimos"	846
D) A situação dos grevistas em serviço	853
E) O último recurso: a requisição civil	854
§ 102. Os efeitos jurídicos da greve (quanto às relações individuais de trabalho)	855

§ 103. A proibição do locaute858

ÍNDICE GERAL867